

**--- N.º 1/2022 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. -----**

--- Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, para continuação da sessão de trinta de dezembro de dois mil e vinte e um, no Formato Online, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DE TRABALHOS -----**

**---QUINTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)-----**

**[HTTPS://ISSUU.COM/MUNICIPIODEFAMALICAO/DOCS/GOP\\_VF](https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/gop_vf)-----**

**---SEXTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/12, DE 21 DE JUNHO). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia Silva Oliveira, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES-----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

## Assembleia Municipal



--ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----  
--ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----  
--ARMINDO FERNANDES GOMES-----  
--ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----  
--AVELINO FREITAS SILVA -----  
--BEATRIZ SILVA ABREU SOUSA -----  
--BERNARDINO GOMES MARTINS-----  
--BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----  
--CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----  
--CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----  
--CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----  
--CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----  
--CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----  
--DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----  
--DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----  
--ELISA MARIA DOMINGUES COSTA -----  
--ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----  
--FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----  
--FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----  
--FIRMINO VILA VERDE COSTA-----  
--FRANCISCO CASTRO ALVES -----  
--FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----  
--FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----  
--GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----  
--JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO-----  
--JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----  
--JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----

## Assembleia Municipal



---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----  
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----  
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA-----  
---JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRA-----  
---JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA CAMPOS-----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----  
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA-----  
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----  
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA SILVA-----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----  
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----  
---MANUEL LIMA SOARES-----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----  
---MANUEL SILVA ALVES-----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----  
---MARIA ISABEL CUNHA FREITAS SILVA-----  
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----  
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----  
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----  
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----  
---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS-----  
---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----  
---RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----  
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----

--RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA-----

--RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----

--RUI MIGUEL PEREIRA SANTOS -----

--RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

--SÓNIA PATRÍCIA CORREIA AZEVEDO -----

--SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

--TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

--TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

-- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

**---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)**-----

[HTTPS://ISSUU.COM/MUNICIPIODEFAMALICAO/DOCS/GOP\\_VF](https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/gop_vf)-----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Deu início à reunião para continuação da sessão de trinta de dezembro de dois mil e vinte e um, retomamos no Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

**---JOÃO CASTRO (CHEGA)** – O Grupo Municipal do CHEGA, é um Grupo que está em plena aprendizagem nestas lides e gostaria de interpelar o Senhor Presidente da Câmara no sentido de obter alguns esclarecimentos. Não sei se me estou a adiantar à agenda, mas fica já o registo relativamente às obras em curso no Centro da Cidade e tal como afirmamos anteriormente, estamos numa grande expectativa aferindo o seu resultado. Esperando que não se tornem numa espécie de Obras de Santa Engrácia, mas partindo do princípio que elas um dia vão terminar e contribuir para a melhoria do Centro Urbano quer em termos estéticos, quer em termos funcionais, e gostaríamos desde já saber se está prevista uma intervenção nos edifícios degradados no Centro da Cidade. Bem

sabemos que estão todos ou quase todos no domínio privado, o que torna a ação do poder público inexistente ou ineficaz, contudo, há um princípio fundamental nas sociedades democráticas que diz que o interesse público deve sobrepor-se ao particular quando este, causa notórios prejuízos aos cidadãos, à sociedade, e neste caso há a nossa Cidade. Por exemplo, Senhor Presidente de Câmara, se me permite, o Hotel Garantia, esse mamarracho decrépito que faz parte da Paisagem urbana quase há quarenta anos. Na altura, em que julgo por informações obtidas, foram pedidas à Câmara Municipal de então, as primeiras licenças para renovações ou reestruturações, tal como sabemos, nunca aconteceu, e a vida do Hotel Garantia tem um historial nada recomendável perante a indiferença dos sucessivos responsáveis camarários, o tamanho do edifício coincide com o edifício José Martinho Carneiro que é outro dos exemplos, também sabemos porque investigamos e é um caso complexo dada a quantidade de herdeiros, alguns não se sabe o seu paradeiro, e está ali um verdadeiro imbróglia jurídico. De qualquer das maneiras, é um edifício que está ali e não abona nada. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, peço imensa desculpa com toda a condescendência, mas a sua intervenção não tem nada a ver com as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município. Isso era uma intervenção que o Senhor Deputado deveria ter feito no período de questões ao senhor Presidente de Câmara, porque isto começou exatamente com as Informações do Presidente de Câmara sobre a atividade da mesma, nesse caso poderia fazer uma intervenção mais genérica, salvo o devido respeito esta intervenção não cabe nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município. O senhor Deputado, com o devido respeito, está a falar de obras específicas que não tem que ver com as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município, se fosse assim caberia neste ponto tudo o que quisesse e mais alguma coisa.

**---JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Senhor Presidente, peço desculpa, mas nas Grandes Opções do Plano, é remodelação urbana o lavar de cara da Cidade de Famalicão, portanto,

parece-me a mim que este tipo de esclarecimentos do Senhor Presidente de Câmara fazia todo o sentido. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Pedia que o Senhor Deputado tentasse ser mais abrangente na sua intervenção. -----

**---JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Vou terminar, como eu disse anteriormente, o Grupo Municipal do CHEGA está num processo de aprendizagem, nós temos ouvido inúmeras sugestões e ideias até de pessoas anónimas, e parece que nos compete transmitir de alguma forma esses sentimentos dessas pessoas e aqui que é um local da democracia que é a Assembleia Municipal e portanto, nesse sentido queria dizer e para terminar, o edifício José Martinho Carneiro é um dos tais que é um imbróglio jurídico, e também o edifício onde estava o restaurante Sete Velhos, portanto, há um investimento avultado no centro de Famalicão numa tentativa de remodelar, reestruturar e melhorar a condição de vida, porventura a vocação do centro de Famalicão e temos uns certos edifícios decrepitos, abandonados e em ameaça de ruir. Eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, se há eventualmente negociações, se há formas de intimar os proprietários a fazerem obras porque de facto, isto é, um contrassenso tremendo. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Muito obrigado Senhor Deputado pela forma como adaptou a intervenção ao âmbito do ponto de Ordem de Trabalhos. -----

**---PAULA AZEVEDO (PSD)** – Apresentou intervenção escrita que é do seguinte teor.

---“Relativamente à Educação em Famalicão, e como se pode verificar nas inúmeras garantias de resposta dos diferentes domínios nesta área, o município garante que irá continuar a trabalhar para que Famalicão continue como exemplo a seguir: uma cidade educadora, um concelho de juventude, um concelho para a família. Para tal conta no seu orçamento com um aumento de 1,4 milhões de euros. -----

---Continuaremos a melhorar ainda mais as condições dos alunos no nosso concelho através de inúmeras medidas de cooperação institucional com acordos e parcerias que têm dado excelentes resultados (Universidade do Minho, CESPU, IPCA...)

---Com os seus projetos educativos, que já são elogiados por colegas de Norte a Sul, Famalicão tem conseguido valorizar a sua terra aos olhos dos estudantes, tornando-a cada vez mais atrativa. Temos, por exemplo, ao nível da alimentação o NUTRIDUCA, no bem-estar o CRESCER a BRINCAR e a EDUCAÇÃO PARENTAL para os Encarregados de Educação.

---Relativamente ao ambiente a Câmara incrementou através das escolas o programa Eco – Escolas. Na inovação e empreendedorismo, os programas Ter Ideias Para Mudar O Mundo e My Machine.

Claro que não podemos esquecer as artes e o património cultural com As Viagens Pelo Património. Ao nível do conhecimento temos o Hypatiamat – Matemática (+/- 1000 alunos), Falar, Ler e Escrever, Ensinar e Aprender Português. Tantos. Estes são apenas alguns exemplos. Também as suas escolas são reconhecidas pelos outros concelhos pelas excelentes condições em que se encontram. Recordo que Famalicão foi um dos 13 concelhos que aderiu logo de início ao Programa Aproximar e tem feito um grande trabalho para que sejam realizadas obras de requalificação nas escolas de Joane (Padre Benjamim Salgado e EB 2,3 Bernardino Machado) e que o amianto seja efetivamente eliminado de todas as escolas do concelho (para quem não sabe ainda existe). Claro que estas não são funções do Município, mas que, por ausência de iniciativas governamentais muitas vezes tem de assumir obras e reparos em muitos edifícios escolares.

---No que diz respeito ao pessoal não docente do ensino básico e secundário, quero lembrar que Famalicão em 2014/15 tinha 12837 alunos para 354 funcionários e em 2019/20 a razão era de 13694 alunos para 461 funcionários, um aumento de alunos que não chega aos 1000, mas um aumento de funcionários que ultrapassa os 100. Estes funcionários têm tido formação contínua.

---Na área social, o edil continua com a oferta de manuais escolares, refeições e lanches escolares e, mesmo no pagamento dos transportes escolares sem falar nas bolsas de estudo do ensino superior onde tivemos um aumento bastante bom. Durante a pandemia que ainda nos aflige, Famalicão foi dos concelhos que mais gastou em apoios às escolas e aos seus alunos e famílias:-----

---No ensino à distância, foi a câmara que disponibilizou computadores para os alunos mais necessitados e, claro, a respetiva Internet para poderem aceder às aulas on-line. O serviço de refeições foi totalmente garantido pela câmara. -----

---Estas ações seriam competências do Ministério da Educação, mas, como todos pudemos verificar, só muito mais tarde foram executadas, ainda que com grandes falhas como podemos constatar com a falta de computadores que ainda se verifica. -----

---As consequências deste momento pandémico começam a surgir e a câmara, mais uma vez, é pioneira a tratar e cuidar: o GADI (Gabinete de Avaliação, Diagnóstico e Intervenção) tem a sua existência anterior à pandemia, mas que teve de assumir ainda mais a sua ação devido aos inúmeros problemas do foro mental que estão a surgir.-----

---Não podia deixar de referir o Centro Qualifica que continua a enriquecer os famalicenses com novas competências.-----

---Termino com palavras do nosso Presidente, Mário Passos: - “O futuro de Vila Nova de Famalicão está indissociavelmente ligado ao que será realizado na qualidade da Educação ao longo de toda a vida. Conforme definido na Carta Educativa do Concelho, o EDUCA 20.30, assumimos a Educação como uma prioridade estratégica para o crescimento individual e coletivo, para mais qualificação, para mais e melhor emprego.” -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, o meu pedido de palavra era para fazer uma interpelação à Mesa, mas que agora naturalmente já não fará sentido. Na verdade, o Partido Socialista disse que tinha inúmeros Deputados para intervir e carecia do respetivo tempo. Eu estava a estranhar que no início desta sessão, tenha sido exatamente o Partido Socialista que não tenha inscrito nenhum dos Deputados, está no

seu direito, mas nós merecíamos uma explicação, mas como eu vejo que já tem outros Deputados inscritos, o PSD irá também ter outro tipo de intervenções, mas era apenas dar nota disto, que estranhava o facto de o Partido Socialista, enfim, ter desistido deste debate, muito obrigado.-----

**---RUI CARVALHO (PS)** – Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, aqui foi apenas uma questão de rapidez para podermos ativar as inscrições, mas claro está que nós não poderíamos falhar com a palavra, como não falhamos e estamos aqui presentes para colocar as questões para todos aqueles que nos queiram ouvir.-----

---Eu iria falar precisamente falar deste plano plurianual, nomeadamente, na previsão orçamental que o mesmo apresenta e que o mesmo tem para a aquisição de equipamentos. Temos uma previsão de cinco milhões quinhentos e sessenta mil setecentos e oitenta e sete euros, sendo que para dois e vinte e dois, está previsto gastar dois milhões quinhentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta euros. Ora, a questão aqui é, este valor para que tipo de equipamentos é que o mesmo refere, uma vez que não vem identificado neste plano plurianual qualquer tipo de referência ao equipamento com estes dois milhões quinhentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta euros. Depois temos também na rubrica desporto, recreio e lazer, três milhões cento e noventa mil quatrocentos e trinta euros, sendo que, desse valor temos uma fatia de um milhão novecentos e cinquenta mil euros para a famigerada pista de atletismo que já há cinco anos se fala na mesma. Aqui a questão também e a pergunta que eu coloco ao Senhor Presidente, é, uma vez que a mesma já foi prometida há cinco anos, agora volta novamente a estar neste orçamento, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, se ele pode garantir aos famalicenses que vai conseguir cumprir com este projeto enquanto Presidente uma vez que não conseguiu na qualidade de Vereador desta Câmara Municipal. São estas as questões que eu gostaria de ver esclarecidas por parte da Câmara Municipal. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só uma nota breve, não sei se há mais alguma questão, presumo que não, mas relativamente à intervenção do Deputado,

João Castro, eu apanhei a parte final no que respeita ao edifício dos Sete Velhos, só para dizer que este edifício é privado. A Câmara Municipal desenvolveu há uns anos atrás, uma obra, uma empreitada para que estivesse assegurada a segurança do edifício, como sabe, foi objeto de um incêndio e, portanto, a Câmara Municipal teve que intervir já que o privado não o fez, de todo o modo, obviamente que a Câmara Municipal exige ser ressarcida do valor que investiu e tendo em conta que o privado ainda não o fez, a Câmara Municipal no seu devido tempo procedeu a uma ação em tribunal para que seja ressarcida da respetiva verba. Claro está que edifícios como este, não há qualquer tipo de sinal por parte do privado de que vai desenvolver as obras necessárias para que ele seja disponibilizado para a Cidade, para arrendamento, para venda, para o comércio, para o que seja, a Câmara Municipal tem um instrumento de agravamento do IMI, como já o tem feito noutros casos, porventura poderá desenvolver este instrumento que tem por forma a que pressione o privado a desenvolver todas as diligências de forma a que este edifício bem situado na Cidade passe a estar disponível como disse há pouco. Obviamente que eu podia extrapolar, o que digo para este edifício poderei porventura aplicar a medida para outros edifícios.-----

---No que respeita à intervenção do Senhor Rui Carvalho, Deputado do Partido Socialista, relativamente à rubrica de aquisição de equipamentos, penso eu que era o que estava a referir, cerca de cinco milhões de euros, obviamente que isto já é uma rubrica comum e que tem a ver com aquisições de licenças de software, equipamentos de software, camiões para limpeza, camiões cisterna. Portanto, toda esta gama de equipamentos muito diversificada está incluída nesta rubrica e por isso o valor.-----

---Quanto à pista e mais uma vez, pela décima vez, ou vigésima vez, não sei quantas vezes, parece que querem que eu diga uma coisa diferente daquilo que eu sempre disse, e as pessoas sabem, os famalicenses sabem que eu sou refém da minha palavra e eu já disse muitas vezes que a pista é para concretizar, mas repito novamente, que a pista é para concretizar.-----

**---FIRMINO COSTA (PSD)** – Apresentou uma intervenção escrito que é do seguinte teor: -----

---“As grandes opções do plano e respetivo orçamento, demonstram um caminho responsável e que responde às escolhas dos famalicenses. Este orçamento representa claramente o manifesto que foi sufragado pelos famalicenses. As grandes opções de 2022 mantêm claramente na agenda as questões ambientais. Dentro das 5 principais agendas prioritárias, podemos destacar a agenda Famalicão Ecológico. O ambiente e a sustentabilidade, serão apostas fortes desta câmara na linha do passado recente onde tem sido apontado como bem-sucedido em Vila Nova de Famalicão. Defender uma relação sustentável entre a humanidade e o planeta é fundamental. Neste sentido, para que tal seja possível é necessário salvaguardar os ecossistemas e os recursos naturais de forma a assegurar a qualidade de vida no presente e no futuro. Ao analisarmos às Grandes opções do plano que hoje votamos, destaco nas questões ambientais os seguintes pontos: -----

Nas infraestruturas ambientais, a aposta na modernização das infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. O município pretende, também, dar continuidade a um conjunto de medidas que possam permitir a redução de forma progressiva das perdas reais existentes no sistema de abastecimento de água. Na promoção da sustentabilidade ambiental, o nosso município quer reforçar o compromisso com a promoção de um desenvolvimento sustentável e de atingir a neutralidade carbónica. Para tal irá implementar a Agenda Local 21 e promover o planeamento e gestão estratégica de âmbito municipal de adaptação às alterações climáticas. Irá desenvolver a nível local um projeto que pretende desenvolver a prevenção, reparação e reciclagem de resíduos, contribuindo para o fomento da economia circular, através da adoção de uma abordagem participativa e integrada, de onde possam resultar impactos económicos, ambientais e sociais positivos. Promover o projeto “os nossos rios” agrupando a requalificação e reabilitação dos rios e das margens, contribuindo para a biodiversidade dos ecossistemas. Promover a arborização do território com espécies autóctones, criando

condições para a plantação de 30000 árvores até 2030, contribuindo assim para o enriquecimento da biodiversidade, a diminuição do carbono e a melhoria da qualidade do ar. Esta câmara irá dar continuidade a nível local do projeto LIFE PHENIX que pretende desenvolver e demonstrar soluções modulares, flexíveis e eficientes para a produção sustentável e segura de água para reutilização a partir de águas residuais. Na transição energética, esta câmara tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento ecologicamente sustentável do território. Desta forma irá promover a substituição progressiva da frota automóvel por veículos elétricos e procurará implementar a electro produção visando o autoconsumo e as comunidades de energia. Na eficiência energética o município irá promover a modernização do sistema de iluminação pública e dos equipamentos desportivos com vista a atingir uma gestão inteligente do consumo de energia. Este município tem como objetivo desenvolver os modos suaves de transporte. Para tal promoverá a realização de medidas que possam contribuir para a mobilidade Ciclável e pedonal, potenciando um território mais coeso, saudável e sustentável. Para tal irá promover a criação de condições para a criação de vias cicláveis intermunicipais em cooperação com os municípios vizinhos. Procurará criar condições para um sistema de partilha de bicicletas, bem como aumentar a oferta de estacionamento para as mesmas. É com medidas como estas que podemos garantir o presente e o futuro do nosso município. Um município preocupado com o bem-estar de todos, respeitando a sustentabilidade dos seus ecossistemas, reforçando a economia circular e descarbonizada, apostando em novos vetores energéticos. Estou certo que o município e os famalicenses estão comprometidos com este Famalicão ecológico”. -----

**---LUÍS MIRANDA (PS)** – A minha questão prende-se sobretudo com o documento que nos foi remetido das Grandes Opções do Plano e Orçamento, sobretudo e em particular para a parte da Juventude, dos Jovens Famalicenses. Após uma análise cuidada do documento verificamos que o mesmo denota alguma ambição, com um conjunto de opções que não podemos deixar de reconhecer que tem o seu quê de relevante e arrojado,

mas há um reparo que nós não podemos deixar de fazer e desde logo, porque é um conjunto de opções que se demonstram excessivamente centralizadas no centro urbano, há um conjunto de opções de programas e de atividades que não conseguem abarcar todos os jovens deste município. E de facto, neste setor da política da juventude mais do que a crítica deixasse o apelo a este município, que possa desenvolver uma atividade política para a juventude, que deixe de estar excessivamente ancorada na Casa da Juventude, que não lhe podemos retirar o seu mérito, mas não podemos fazer a âncora para qualquer atuação em prol da juventude e sobretudo que possamos fazer chegar a todos os jovens do nosso Município a oportunidade de participarem nestes programas, que não podemos deixar de reconhecer a sua relevância e o seu mérito, quer estejam no centro urbano ou numa freguesia afastada do centro, que os jovens de Nine, de Fradelos, de Avidos, ou por exemplo até de Sezures, possam ter a mesma possibilidade de participação nestas opções e nestes programas que qualquer jovem que resida no centro urbano. Bem sabemos que nesta fase e sobretudo agora muitas destas atividades são desenvolvidas via online, e durante a pandemia não se sentirá tanto esta distância de excessivo centralismo, mas a verdade é que após a pandemia muitos jovens deixarão de poder participar nestas atividades. É a crítica, mas mais do que isso, é o apelo que fazemos ao Município de maneira a que ninguém fique excluído destas atividades. -----

**---JOSÉ MIGUEL CAMPOS (PS)** – Apresentou intervenção escrita que é do seguinte teor: -----

---“Senhor Presidente, a contabilidade produz informações neste caso sobre a despesa e receitas da camara municipal. No documento que apresentam, especificamente na pagina 98 reiteram a politica orçamental do município tem nos princípios do rigor, prudência, transparência e equidade intergeracional os seus pilares. Fazendo uma análise á distribuição da despesa por rubrica, que apresentam, vemos que a rubrica outras despesas correntes representam cerca de 1% das despesas (1 840 465€). Questionamos, acham que cumprem o princípio da transparência quando afetam a uma rubrica residual um valor tão

significativo? Podem esclarecer de forma inequívoca que outras despesas correntes são estas? Analisamos o orçamento da despesa para 2022 e novamente constatamos que a contabilidade do município e deste orçamento não produz todas as informações com a devida transparência. Vemos inúmeras rubricas designadas de outros trabalhos especializados, outros serviços e estudos, pareceres, projetos e consultoria que representam 15.538.720€, cerca de 12% do orçamento. Não nos parece que abone em favor da transparência e rigor apregoados, recorro que a contabilidade elaborada de acordo com o SNC-AP exige que as contas transmitam a verdade verdadeira e apropriada. Podem, por favor, explicar a que se devem estas contratações de trabalhos, bem como de outros serviços e de estudos, pareceres, projetos e consultoria? De que modo, é que estas contratações são benéficas para Famalicão e para os Famalicenses?” -----

**---RICARDO COSTA (CDS)** – Estamos cá hoje pela segunda vez, a analisar o documento apresentado pelo Executivo Municipal. Nesta minha intervenção queria destacar não só aquilo que já foi dito cá hoje, que este orçamento foi aquele que foi sufragado pelos Famalicenses nas últimas Eleições Autárquicas, mas também, este documento traduz e reflete o que tem sido a política da Câmara Municipal no que diz respeito à Ação Social, aquilo que diz respeito ao trabalho feito em função dos jovens, das crianças e dos mais idosos. Salientar que este Famalicão integrador apoia-se essencialmente na promoção daquilo que poderá ser o chaveiro de uma cooperação interinstitucional na área da solidariedade. Sem dúvida que Famalicão, e nós quando comparamos Famalicão que tantas vezes tem sido aqui comparado com um ou outro concelho, e com um ou outro Município aqui deste nosso Quadrilátero, vemos que Famalicão está no caminho certo, está no rumo certo no que diz respeito também à Ação Social. E vemos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento que a Câmara pretende para o ano de 2022 e no fundo, a continuidade daquilo que tem sido estes últimos vinte anos de governação, assenta essencialmente nos apoios a dados concretos às pessoas. Porque tantas e tantas vezes se vai falando em obras, e eu até por questões profissionais

posso ser tentado nisso, mas a prioridade deste Executivo nunca deixou de serem as pessoas, a disponibilização de peças de mobiliário, assim como algumas medidas de acesso à habitação, assim como a concessão de benefícios no âmbito de tarifas das infraestruturas ambientais pode parecer pouco, mas para muitos é muito, e daí eu querer neste momento sublinhar o apoio e a ação do Executivo.-----

No que diz respeito às pessoas idosas, eles que tanto sofrem e têm sofrido cada vez mais nestes últimos dois anos com esta pandemia que nos assolou, o orçamento e o plano de investimento desta Câmara Municipal, procura a promoção de condições para a participação transversal de pessoas idosas nas diversas esferas da vida da comunidade, potenciando as diversas políticas municipais no que passa pela persuasão de medidas como as Reisadas, o Carnaval Sénior, o Piquenique sénior, o Dia dos Avós, o Passeio sénior, o Espaço Sénior e a promoção do Desporto Sénior. Isto pode mais uma vez e repito, pode parecer pouco, mas para muitos dos nossos Séniores é muito, é a oportunidade que têm de conviver com outras pessoas, é a oportunidade que têm de se integrarem na sociedade e no fundo nós mais novos temos a possibilidade de lhes dar um pouco daquilo que eles já nos deram. Portanto, bem-haja ao Executivo Municipal por ter definido e ter mantido na agenda as opções da Ação Social e as opções do bem-estar das pessoas, das crianças, dos jovens e dos idosos.-----

**---PAULA AZEVEDO (PSD)** – Era só para acrescentar em resposta ao colega da JS que falou há bocadinho, sobre descentralizar algumas atividades que a Câmara tem feito para os jovens. Ora bem, isso acaba por estar a ser feito, todas as atividades que a Câmara faz esses jovens têm conhecimento através das escolas, são participadas aos jovens através das escolas e eles podem participar na maioria delas. É claro que a Câmara gostaria de ter uma Casa da Juventude em todas as Freguesias, mas isso já se sabe que economicamente é impossível, no entanto, todos os jovens têm conhecimento das atividades que são feitas pela Câmara.-----

**---LUIS MIRANDA (PS)** – Senhora Deputada Paula Azevedo, eu assisti às suas considerações e acho que não percebeu bem o repto que eu lancei aqui à Câmara. Eu não questionei a falta de informação ou a falta de divulgação, porque se há coisa em que esta Câmara trabalha bem é o marketing e a publicidade, nesse aspeto eu próprio reconheço que os jovens sabem bem as atividades que se fazem. A questão que eu coloquei foi precisamente aonde é que elas decorrem, se decorrem por todo o Município ou se decorrem maioritariamente centralizadas e ancoradas na Casa da Juventude ou no Centro Urbano. É precisamente esse o reparo que nós fizemos, foi que este tipo de atividades possa ocorrer de forma descentralizada, em espaços do Município ou então, por exemplo, em Juntas de Freguesia ou Escolas em diversas Freguesias, de maneira a que os Jovens Famalicensenses não tenham que se deslocar ao Centro Urbano para poder participar nestas atividades, foi esse o meu reparo.-----

**---JORGE COSTA (PS)** – Eu começo também pela Senhora Deputada, Paula Azevedo. Senhora Deputada, com todo o respeito que é muitíssimo, há muitos jovens que não estudam neste concelho, trabalham, têm outro tipo de ocupações e, portanto, resumir a política de juventude à comunidade estudantil é aquilo precisamente que o Luís Miranda queria evitar, democratizando a possibilidade de participação promovendo uma verdadeira igualdade de oportunidades entre estudantes e não estudantes. Não vamos fazer da política de juventude, e este foi o repto do PS e o repto do Luís Miranda, uma questão estudantil, não vamos fazer porque infelizmente vamos deixar muita gente de fora. Bom, também é momento de responder ao Senhor Deputado, Manuel João Nascimento, e de lhe dizer o seguinte, enfim, o PS lamenta que o Senhor Deputado não tenha percebido bem qual foi o sentido último da nossa intervenção. De facto, as taxas, o aumento das taxas sem um aumento correspondente de igual montante no valor da contraprestação, torna a taxa um meio de angariação de dinheiro para o Município, mas as taxas não são para isso, as taxas são uma contraprestação de um serviço ou de um bem fornecido pela Câmara Municipal, portanto, só desvirtuando a essência do que é uma taxa

e tornando um imposto encapotado como esta Câmara está a fazer é que se chega a este resultado, tudo o resto é *Faits Divers* não adianta nada. Ainda em resposta aos Senhores Deputados, é a segunda vez e eu sei que hoje se penitenciou, é a primeira vez e eu estou a aprender estas coisas todas, Senhor Deputado, João Castro, por quem eu nutro uma simpatia impar, andamos a estudar juntos, somos amigos, mas é a segunda vez que eu lhe digo, chega, chega. Então vem aqui Vossa Excelência, falar a um partido fundante da terceira república que existia antes do 25 de abril que não tem autoridade para falar. Oh! Senhor Deputado, é claro que a autoridade do PS falar seja o que for não depende nem de Vossa Excelência, nem depende do seu Partido. Mas isto não é opinião Senhor Deputado, isto é história, eu queria lembrar a Vossa Excelência que o PS é um Partido constituinte, eu queria lembrar a Vossa Excelência que o PS é o Pai do Sistema Nacional de Saúde, eu queria lembrar a Vossa Excelência que foi pela mão do PS que Portugal integrou a União Europeia, eu queria lembrar a Vossa Excelência que foi o PS que em 1977 acabou com o poder marital e promoveu a verdadeira igualdade entre Homens e Mulheres. Eu queria dizer-lhe tanta coisa, mas vou resumir isto tudo mais um bocadinho Senhor Deputado e vai ver que não dá o tempo como perdido, a não ser que enxerte um novo saudosismo contra abril porque no seu Partido há esses lives. Entenda uma coisa Senhor Deputado, porque ainda Vossas Excelências eram uma má tendência do PSD e do CDS e já o PS há muitos e muitos anos que fazia o que é hoje este País, e vocês eram uma tendência má, uma divergência dentro do PSD e uma divergência dentro do CDS. Portanto, vir-nos tentar passar atestados de moral, do que nós podemos ou não podemos falar, chega, mas olhe, eu não quero só pelo plano nacional, quero lembrar a Vossa Excelência, que a escola onde você estudou comigo foi obra do PS Senhor Deputado, eu sei que você é que é um esquecido porque se não fosse lembrava-se que Agostinho Fernandes deixou a marca inultrapassável neste Município, começou o saneamento, começou o abastecimento de água, começou as variantes, começou os alargamentos, a Avenida General Humberto Delgado, as escolas todas, as piscinas, a Casa das Artes, a si, para dar moral ao PS você

tem de andar de olhos abertos em Famalicão, parece que tem andado distraído Senhor Deputado. Portanto, pela terceira vez ainda hoje lhe digo assim, chega, não aceito, nem o PS aceita nenhum tipo de lição de moral ou aval seja para o que for de Vossas Excelências, não aceitamos. Bom, e agora às coisas que interessam porque o Chega é um *Faits Divers*, e como disse, é apenas uma má tendência do CDS e do PSD. -----

---Senhor Presidente da Câmara, eu queria dirigir-lhe ainda a propósito da discussão algumas perguntas. A propósito do dossier ambiental, Vossa Excelência e os Deputados da Coligação que o suportam, enchem a boca com trinta e três mil árvores de plantações, eu nunca vos ouvi falar dos abates de árvores. Que me adianta a mim, que adianta aos Famalicenses que Vossas Excelências plantem trinta e três mil árvores novas e abatam quarenta ou cinquenta mil, que é aquilo que têm feito. Onde estão, se é que existem, os dados relativamente ao abate indiscriminado de árvores que se tem verificado um pouco por todo este Concelho, era importante ouvir a Câmara sobre a eventual existência e qual a grandeza real e concreta destes números. Não basta apenas fazer parangonas, vamos plantar árvores e fazer de conta que toda a gente não vê as que vocês abatem, com que interesses não sei, às vezes até dizem que é por segurança, mas há muita tonelada de madeira que vem abaixo e, portanto, nesse peso do deve e haver ambiental também deviam falar destas coisas. -----

---Senhor Presidente, Vossa Excelência em resposta a um camarada meu de bancada, disse que a pista de atletismo era para fazer, mas a sua maioria, a sua coligação anda a dizer isso há cinco anos Senhor Presidente. Não é desconfiar de Vossa Excelência, já lhe disse que é um Presidente novo numa política velha, e por isso, porque Vossa Excelência protagoniza uma política velha. Eu tenho que lhe perguntar se Vossa Excelência quer responder, em que ano vai estar pronta a pista de atletismo, atendendo àquilo que se tem passado, como é que Vossa Excelência garante essa data, compromete-se ou não com uma data, não fuja da questão Senhor Presidente, mas nós vamos sindicá-lo todas as vezes que for preciso sobre isto. -----

---Ainda para si Senhor Presidente, Vossa Excelência fez referência à questão do equilíbrio orçamental, até juntou aqui para esta Assembleia uma documentação de uma auditoria dos Revisores Oficiais de Contas, mas passou como quem passa por cima de brasas sobre a questão das imparidades em potência. Eu fiz-lhe uma pergunta concreta, quem é que anda a litigar em milhões com a Câmara? Quem é que está a pôr em causa 10% de todo este orçamento? Vossa Excelência não me venha com histórias de que os processos são sigilosos ou secretos, isto é uma Assembleia Municipal que tem por obrigação fiscalizar tudo aquilo que se passa no Município. E se Vossa Excelência não nos disser, eu quero avisá-lo que um dia destes na Câmara ou nesta Assembleia, vamos dizer nós Senhor Presidente. Vossa Excelência foge às perguntas, mas nós vamos dar as respostas por si, se os Advogados da Câmara não derem essas respostas vamos ser nós a dá-las porque os processos são públicos, não fuja por favor das questões e gostava que assim respondesse. -----

---Gostava também, e agora dirigir-me à Mesa desta Assembleia e na frente de todos os Senhores Deputados fazer um ponto de ordem. Eu percebi que há um parecer que diz, na segunda reunião (nas continuações das sessões) os Deputados Municipais não têm direito a senhas de presença, mas eu quero aqui fazer a pergunta à Mesa e vou suscitar esta questão na Comissão Permanente de Apoio à Mesa, então porque é que estamos a fazer agendamentos que vão muito para além da duração normal. Só a duração da discussão deste orçamento com a Grelha A, uma hora para cada um dos Grupos Municipais absorveria todo o tempo. O Município de Famalicão está assim carecido do dinheiro destas oitenta e tal pessoas que as obrigue a perder tempo sem as remunerar como se impunha. Eu não vou e o PS não vai aceitar sem protestos, futuros agendamentos, que ponham em causa a duração prevista e normal para uma Assembleia, é absolutamente injustificado e injustificável que as pessoas tenham que andar aqui a oferecer seja o que for para o normal funcionamento desta Assembleia. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, eu interpelado agradecendo, muito embora seja escusado o tom, digamos, nós podemos questionar reciprocamente sem animosidade, nós independentemente das diferenças, somos pessoas que nos entendemos e gostava de lhe dizer o seguinte: - Senhor Deputado, se tem algum problema quer quanto ao pagamento das senhas de presença, quer quanto à duração das sessões da Assembleia Municipal, mas relativamente à primeira parte a começar deverá queixar-se ao Governo que é Socialista e deverá queixar-se à Associação Nacional de Municípios. Porque quanto ao pagamento das senhas de presença, nós limitamo-nos a seguir aquilo que são as determinações dessas Entidades que nos notificam, e relativamente às quais nós não queremos faltar sob pena de violarmos a Lei, e Senhor Deputado, eu não gostava por muito que o Senhor Deputado esteja zeloso da sua senha de pagamento, eu não gostava muito de ordenar que lhe pagassem a si uma senha que eu depois tivesse que devolver, até porque o Senhor Deputado sabe, que a Mesa depois tem responsabilidades que lhe são próprias, eu limito-me a tentar cumprir a legalidade. O Senhor Deputado sabe, que dependendo inclusivamente do tempo distribuído para cada ponto da Ordem de Trabalhos, temos pontos como estes a par de outros esgotarão facilmente se os Senhores Deputados quiserem uma sessão da Assembleia Municipal. Portanto, das duas uma, e veja bem Senhor Deputado, sendo eu Presidente da Assembleia há vinte anos, já há vinte anos que vejo estas coisas e nunca essa questão foi colocada. Eu posso, se o Senhor Deputado quiser, voltando a tempos de antigamente e ter sessões da Assembleia Municipal que acabem às três ou quatro da manhã, não me importo nada, para mim tranquilo, começamos às nove e acabamos às três da manhã ou quatro de manhã. Entendeu-se a determinado passo, o Senhor Deputado já cá não estava, não quero mentir, mas julgo que nessa altura já cá não estava, entendeu-se que para comodidade dos Senhores Deputados porque trabalham, porque têm direito ao seu descanso, que quando se chegasse a uma determinada hora que fosse tida como razoável se adiar a continuação da Assembleia Municipal para outro dia. Eu

pessoalmente, acho, Senhor Deputado Jorge Costa, digo-lhe com toda a franqueza que uma continuação de uma Assembleia Municipal a presença devia ser paga, eu concordo consigo, quando fizemos uma sessão antes e agora estamos a continuar essa reunião eu acho que este trabalho devia ser pago. Mas o que acontece é que o governo não deixa, e a Associação Nacional de Municípios também emitiu parecer, aliás, quero dizer-lhe outra coisa Senhor Deputado Jorge Costa, eu não sou contabilista, eu sou um político que exerce as funções de Presidente da Assembleia Municipal, e há uma preocupação que eu tenho digamos, até por desvio de função sou Advogado, é não violar a lei e quando eu tenho alguma dúvida de alguma coisa, e perguntará isso a qualquer Membro da Mesa, é uma discussão que apesar de tudo será interessante ter na reunião de Comissão Permanente de Apoio à Mesa, o que eu faço é pedir pareceres, peço pareceres aos serviços jurídicos da Câmara Municipal, peço pareceres à Associação Nacional de Municípios, peço pareceres às entidades competentes delegadas do Governo, e se me dizem, como dizem em documento escrito que a continuação das sessões não podem ser pagas é o que é. Mas então dir-me-á, mas então tem de agendar de forma a que cada reunião da Assembleia dure duas ou três horas, Senhor Deputado, isso depende se os Senhores Deputados contribuírem todos até pode durar uma hora, o Senhor Deputado não tem de gastar a uma hora e tal que tem aqui neste ponto da Ordem de Trabalhos, diz assim, hoje vamos gastar vinte minutos ou trinta minutos, é o que é. Eu limito-me a agendar de acordo com aquilo que me é solicitado também pelo Executivo, e o Senhor Deputado sabe que inclusivamente os Grupos Municipais têm o direito de requerer alguns pontos para agendamento na Ordem de Trabalhos se assim o desejarem. Nós somos árbitros, distribuímos o jogo e aplicamos a lei e a Lei diz isto, agora se os Senhores deputados quiserem que se retire a hora de travão não há problema nenhum, vou colocar isso então à discussão na próxima reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, deixaremos de ter continuações das sessões da Assembleia Municipal e faremos até às quatro ou cinco da manhã se for vontade dos líderes Municipais. Se o Senhor Deputado me diz, bom, mas

então só pode pôr dois ou três pontos para agendamento, podemos até fazer trinta sessões da Assembleia Municipal não tem problema nenhum, em vez de eu fazer continuações marquem sessões da Assembleia Municipal. Agora, em tempos de crise, em tempos em que tantas pessoas pagam tantos impostos, tantas pessoas passam tantas dificuldades, estarmos nós a marcar reuniões, reuniões, reuniões, para recebermos senhas de presença eu acho que é uma batota Senhor Deputado. Eu recebo de repente uma notificação da Câmara Municipal e de acordo com aquilo que é deliberado em reunião de Câmara Municipal, dão-me dez pontos para agendamento, eu digo assim, vou marcar uma Assembleia Municipal, mas vamos aqui fazer uma batota, em vez de meter estes pontos todos numa Assembleia Municipal vamos marcar quatro reuniões três hoje, três amanhã, três depois, e recebemos todas as senhas de presença, mas eu acho que isto é uma batota e temos de ser os primeiros a dar o exemplo, mas como eu disse, eu sou um árbitro, vou expressamente colocar este ponto a discussão na próxima reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa e aquilo que os Senhores Deputados decidirem é aquilo que a Mesa tenderá a cumprir se com isso concordarmos, e disso daremos conhecimento à Assembleia Municipal numa próxima sessão. Eu não queria estar a prolongar esta discussão, eu limito-me a dar a resposta ao Senhor Deputado na base do repto que lançou, não vamos estar aqui com contestação e réplica porque senão tem que ir à tréplica, mas não vamos transformar isto propriamente num tribunal peço-lhe Senhor Deputado. Em todo o caso, está inscrito e dou-lhe a palavra.-----

**---JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Estamos aqui a falar de um documento muito importante, são as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Famalicão. Parece-me que o Senhor Deputado Jorge Costa, com todo o respeito, está a disparar ao lado e não vale a pena perder as estribeiras nem manifestar os seus bloqueios, de facto, o PS tem muitas marcas e a grande marca do PS são as três bancarrotas a nível nacional e toda a corrupção inerente, de resto, eu não tenho dúvidas que o Chega, um partido democrático legalmente constituído está cá para acabar com o Socialismo e com a sua

política de miserabilismo e fundamentalismos dos impostos. De resto e eu pessoalmente, que sou um representante do Chega a nível municipal, considero-me uma pessoa razoável, democrática, imparcial e justa, com valores democratas cristãos que os vou aplicar em todos os momentos, portanto, escusam de estar aqui com fundamentalismos bacocos, acusações que não fazem sentido nenhum, o Senhor Deputado Jorge Costa, com todo o devido respeito e tenho muita consideração por si, mas se não se importa vamo-nos cingir aos verdadeiros problemas, são os problemas do nosso Município e da nossa Cidade. ---

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Queria apenas e já agora para complementar aquilo que disse, também dirigir-me ao Senhor Deputado Jorge Costa, reparará que só este ponto que estamos a discutir com a Grelha A, tem um tempo de seis horas e se as nossas sessões são das vinte uma horas à meia noite, a menos que o Senhor Deputado entenda que não se pode agendar este ponto das Grandes Opções para discutir na Assembleia Municipal, não sei o que é que posso fazer. Portanto, a única possibilidade de facto, é mandar lá para as três da manhã o encerramento se for caso disso.-----

**---RICARDO MESQUITA (PSD)** – O Deputado Luís Miranda fez uma intervenção interessante, abordou aqui algumas questões também nelas interessantes, mas que revela algum desconhecimento da realidade famalicense principalmente daquilo que é relacionado com a juventude, estranho nele sendo que é o Presidente da Juventude Socialista de Famalicão, mas com certeza, também muito se deve à falta de presença da JS em muitos dos Conselhos Municipais da Juventude. No entanto, e mesmo o Senhor Deputado conhecendo pouco a realidade, esclarecer que a agenda da Juventude é pública, está online e é acessível através do Portal da Juventude, qualquer um de nós consegue muito facilmente consultá-la. E nela consegue ver claramente eventos como o Ymotion, que foi realizado em Seide, e pasme-se Senhor Deputado, o Urban Youth até teve um evento na União de Freguesias de Arnoso Santa Maria, Arnoso Santa Eulália e Sezures, que foi até a Freguesia que o Senhor Deputado referiu, mas não tem problema. Agora, se o Senhor Deputado me disser assim, a maior parte das atividades são realizadas na Casa

da Juventude, muito provavelmente serão, é a infraestrutura mais equipada que nós temos em Famalicão eu acho que ninguém o nega, mas temos de ser sérios aquilo que é o público alvo da maior parte dos eventos da Casa da Juventude, e é óbvio que não esquecendo a totalidade dos jovens, acho que todos compreendemos que é perfeitamente normal que a maior parte dos eventos foque nos famalicenses que costumem participar neste tipo de eventos, é uma questão estratégica, é uma questão de abordar a maior parte das pessoas que participa nos eventos.-----

---Ainda também gostava de questionar o Senhor Deputado, Jorge Costa, sobre os locais de abate de árvores que ele acusa a Câmara Municipal de fazer. Porque eu acho que nós não devemos referir aqui abates de árvores massivos, como foi referido pelo Senhor Deputado e não identificar os locais claramente. Termina a minha intervenção desejando um Bom Ano a todos os Senhores e Senhoras Deputadas.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Começando pelo fim, no Centro da Cidade, no Parque da Feira, em Joane, idem aspas, aspas, aspas. Basta andar mais acordado Senhor Deputado, Ricardo Mesquita, a sério, Praça D<sup>a</sup> Maria II, Parque da Feira, quer que continue! Como não merece mais resposta, eu só queria dizer ao Senhor Presidente, fazer batota é fazer incluir na Ordem do Dia Grelhas que ultrapassam e muito a duração média, basta fazer mais Assembleias e portanto, também não é o tema da discussão de hoje, o tema será abordado como disse e bem, em sede de Comissão Permanente de Acompanhamento à Mesa, eu só quis lançar a questão perante todos os Senhores Deputados, basta fazer mais Assembleias para que o assunto esteja necessariamente resolvido a bem e a contento de todos sem preciso noites madrugadoras, basta cumprir a Lei de uma forma diferente, justa, respeitando o princípio da proporcionalidade dos tempos, e se lá chegarmos faremos muito bem. De qualquer das formas eu gostava muito de ouvir e esta é a razão da minha intervenção, o senhor Presidente da Câmara sobre as questões que lhe formulei.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Só lhe queria dizer Senhor Deputado, eu quero evitar este pingue-pongue e agora não dou mais a palavra para este

efeito, isto será discutido na reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa. Mas desde o tempo do Dr. Agostinho Fernandes que a Grelha é esta neste Ponto e, portanto, o Senhor Deputado fará como quiser, para mim a memória não é curta, portanto, eu insisto em chamá-la quando tiver que ser caso disso. -----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – O debate da Grandes Opções do Plano e do Orçamento confirmou aquilo que já sabíamos. Temos perante nós um Partido Socialista completamente desorientado. Na verdade, colocar no centro do debate orçamental o problema das senhas de presença dos membros da assembleia municipal, não lembra a ninguém a não ser ao Partido Socialista. -----

Mas o debate da Grandes Opções do Plano e do Orçamento confirmou igualmente aquilo que também já sabíamos. Não há um Partido Socialista, há vários Partidos Socialistas que dizem coisas diferentes e que se contestam publicamente. -----

O PS na Câmara Municipal disse, pela voz de uma das suas Vereadoras e em declarações à imprensa, que o Plano e Orçamento para 2022 é, e passo a citar: - “demasiado ambicioso”. O PS na Assembleia Municipal, pela voz do Líder da sua bancada, pelo contrário apressou-se a dizer que falta ambição aos documentos em apreciação. Hoje mesmo durante esta sessão ouvimos o Deputado Miguel Campos, num sentido um pouco diferente, dizendo que há alguma ambição na parte do Orçamento que diz respeito à Juventude. -----

A pergunta que fica é, em que ficamos?-----

Eu diria que ficamos com mais uma desautorização pública ou pelo menos mais uma contradição pública o que, diga-se em abono da verdade, não nos surpreende de todo. --

Na primeira sessão deste órgão deliberativo, se bem se recordam, o novo PS da Assembleia Municipal criticou o anterior PS da Assembleia Municipal por não saber ser oposição ao executivo da coligação PSD/CDS-PP e já no período de antes da ordem do dia desta mesma sessão plenária, assistimos incrédulos à desautorização por parte do PS da Assembleia Municipal ao PS da Assembleia de Freguesia de Riba de Ave a propósito

da Reabilitação do Cineteatro Narciso Ferreira e ao PS da Assembleia de Freguesia de Vilarinho das Cambas a propósito das obras em curso na N309. -----

Eu diria Senhor Presidente e Senhores deputados, a este ritmo, não deve faltar muito para o PS da Assembleia Municipal, desautorizar o próprio PS da Assembleia Municipal. ---

Mas o debate das Grandes Opções do Plano e Orçamento mostrou-nos igualmente um PS que insiste em desconhecer o que devia conhecer. -----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento incorporam uma certa complexidade técnica cujo desconhecimento pode e conduz regra geral a análises políticas erradas. Esse desconhecimento até é desculpável em muitos casos, porque nós não somos obrigados a ter esse conhecimento técnico, mas diria que esse desconhecimento é desculpável, mas só até um certo ponto. -----

Por exemplo, o PS já fez duas intervenções nesse sentido e continua a laborar num mesmo erro sobre aquilo que é a regra do equilíbrio orçamental prevista na Lei das finanças Locais. Eu vou-lhe explicar Senhor Deputado Jorge Costa, ou vou-lhe dar aqui umas pequenas explicações na medida do possível. Em primeiro lugar, as imparidades Senhor Deputado, ao contrário daquilo que afirmou, não relevam para efeitos da regra do equilíbrio orçamental. Em segundo lugar, essas imparidades de que fala, em sede de prestação de contas, só entrarão nas contas do equilíbrio orçamental, repare bem, no eventual pagamento dessas imparidades, porque se esse pagamento não tiver lugar nem sequer aí entrarão em linha de conta. E em terceiro lugar, dizer também que em sede de prestação de contas as imparidades relevam para o balanço, nunca para a execução orçamental, mas o PS também revela outro desconhecimento e este diria que já não é desculpável. Por exemplo diz o PS e disse-o diversas vezes, e disse-o ao longo de toda esta discussão, que no documento se verifica a existência de inúmeras rúbricas identificadas como “outros” ou “outras”, o que é verdade, as quais, diz o PS, deveriam ter um carácter residual, o que não é verdade, concluindo pela falta de transparência dos documentos previsionais. -----

Ora, todos sabemos, aqueles que por aqui têm andado que se têm apercebido, que todos os anos temos tido o cuidado de explicar estas rubricas uma por uma, mas o PS recusa-se simplesmente a perceber e insiste com as mesmas acusações de sempre, e aqui Senhor Presidente e Senhores Deputados este seu desconhecimento não é desculpável. Pela enésima vez, eu vou voltar a explicar estas rubricas para quem não saiba. -----

A rubrica “outra” ou “outras” resultam de um classificador económico emanado da Direção Geral das Autarquias Locais a DGAL. Senhor Presidente e Senhores Deputados, não é manipulável, nem é ultrapassável e nele cabem exatamente o quê, todas as despesas que não encontrem correspondência em outros indicadores económicos, razão pela qual as verbas não têm de ser residuais como insiste o PS. Isso, aliás não está escrito em manual nenhum. -----

Por exemplo, só na Rubrica 02.02.25 - “Outros trabalhos especializados” - está prevista uma despesa, repare-se bem, superior a 10 milhões de euros, sabem de onde resulta essa despesa de 10 milhões de euros de “Outros trabalhos especializados”, olhe em duas despesas, uma delas de 6,1 milhões de euros para tratamento e rede de águas residuais e uma de 3,9 milhões de euros para recolha e tratamento de resíduos. E isso acontece por uma razão muito simples, porque não há um indicador específico para despesas de “tratamento e rede de águas residuais” ou “recolha e tratamento de resíduos”, há um classificador económico geral que diz “Outros trabalhos especializados” e que nos obriga a colocar exatamente estas despesas que são de 10 milhões de euros neste indicador económico. Portanto, é um indicador económico generalista e que resulta de determinação legal e não resulta da vontade da Câmara Municipal. E por isso, não é aceitável a crítica no sentido de que há falta de transparência.-----

O debate das Grandes Opções do Plano e Orçamento mostrou-nos também que existe um PS de Famalicão com uma sensibilidade financeira e uma sensibilidade social que varia em função dos protagonistas, portanto nunca é a mesma sensibilidade. Por exemplo, o PS diz-se preocupado com o endividamento do município. Não deixa de ser uma afirmação

extraordinária considerando que, em 2001, último ano em que o PS foi governo local em Famalicão, recebemos uma câmara municipal com uma dívida total de 55 milhões de euros, para uma execução de receita desse mesmo ano no valor de 51 milhões de euros, ou seja, precisávamos de 13 meses de receita para pagar a dívida. -----

Aliás, recorde-se que a Câmara Municipal estava de tal forma endividada que foi obrigada a contrair um empréstimo para saneamento de passivo, um instrumento que à época muito poucos municípios dele se tinham socorrido para pôr as suas contas em ordem. Isso é bastante revelador, o estado em que encontravam as contas públicas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. -----

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, no final de 2021, a dívida total do município, conforme eu aqui já referi noutras intervenções, foi de 29 milhões de euros para uma execução de receita de 97 milhões de euros. Já agora, refira-se que, nos últimos 20 anos, por um lado, a nossa dívida apresenta consistentemente uma linha descendente, é importante que seja dado o devido relevo e é essa linha descendente que deve relevar e não a análise pontual de um ou outro ano e, por outro lado, dizer também, que na mesma linha do tempo a nossa capacidade de endividamento apresenta sempre uma linha ascendente. -----

No final do exercício de 2020, segundo a Direção geral das Autarquias Locais, a dívida do município de Vila Nova de Famalicão conforme referi foi de 29 milhões de euros e a nossa capacidade de endividamento era superior a 120 milhões de euros. E o PS diz que está preocupado com o endividamento de Famalicão, mas está a brincar connosco de certeza absoluta, não pode ser, o PS deve estar a brincar com os Famalicenses. -----

Ainda a propósito desta temática, dizer e vale a pena lembrar que nos últimos 12 anos, por ação dos Governo da República e aqui incluo Governos do PSD e do PS, foram operacionalizados e consensualizados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, 4 instrumentos de recuperação financeira, uns de natureza conjuntural outros

de natureza estrutural, todos eles dirigidos aos municípios em situação de dificuldades financeiras. Pois Bem, Vila Nova de Famalicão, não integrou nenhum deles: -----

Não integrou o lote das 34 autarquias que se candidataram ao “Programa Pagar a Tempo e Horas” de 2008. -----

Não aderiu ao grupo dos 95 municípios que pediram apoio no âmbito do “Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado” de 2009. -----

Não se juntou às 97 câmaras municipais do País que concorreram ao “Programa de Apoio à Economia Local” o famoso PAEL de 2012. -----

Nem fez parte dos cerca de 50 municípios que foram objeto de resgate no âmbito Fundo de Apoio Municipal de 2014. -----

E porquê? Por uma simples razão, porque fazemos uma gestão rigorosa e com responsabilidade geracional, dos dinheiros públicos sabendo sempre duas coisas: a primeira é de que a previsão das receitas e das despesas tem de ser consentânea com a realidade financeira do município, coisa que muita gente esquece. A segunda: para nós também muito cara é que o atraso nos pagamentos a fornecedores significa dificuldades acrescidas para a economia local. E nós sabemos do que falamos, nós sabemos como estava o atraso nos pagamentos a fornecedores em 2000 e 2001, e o Senhor Deputado, Jorge Costa também sabe -----

muito bem porque era vereador nessa altura. E nada disso impediu que fizéssemos e continuássemos a fazer e vamos continuar a fazer elevados investimentos no nosso município. E já que aqui também falamos de pagamentos em atraso e pagamentos a fornecedores, permitam-me salientar que, de acordo com o último relatório da DGAL disponível online, o prazo médio de pagamentos do município de Vila Nova de Famalicão é de 12 dias, abaixo dos 13 dias de Guimarães, bem abaixo dos 34 dias de Barcelos até há bem pouco tempo do Partido Socialista, e ainda bem mais abaixo dos 82 dias de Braga. Finalmente, a afirmação do PS também não deixa de ser igualmente extraordinária considerando que, desde que assumiu o Governo da República, dados do Banco de

Portugal, a Dívida Pública Portuguesa passou dos 231 mil milhões de euros em 2015 para 269 mil milhões repare bem, ao dia de hoje, o boletim do Banco de Portugal foi publicado hoje, portanto estamos a falar de uma dívida de 38 mil milhões de euros em apenas 6 anos.-----

O PS, diz-se igualmente contra o facto, e aqui é muito importante esta matéria porque eu disse tantas vezes, que de facto, temos de perder aqui algum tempo, o PS diz-se igualmente contra o facto de as taxas municipais serem atualizadas em 1,8%, uma atualização em linha com o último índice do Preço do Consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.-----

Cá está, mais uma afirmação curiosa porque esta é exatamente a mesma taxa de atualização que o Governo Socialista decidiu aplicar em todas as taxas cuja determinação esteja na sua alçada.-----

Então não há pandemia no resto do país para estes casos? Não há dificuldades económicas e sociais acrescidas? Para o PS de Famalicão se o protagonista for o Governo, obviamente que não há pandemia, nem dificuldades económicas sociais acrescidas!-----

Mas esta afirmação ainda se torna mais curiosa, quando ninguém se lembra do PS de Famalicão alguma vez se ter mostrado crítico perante o Governo do Partido Socialista, quando este, estamos a falar das matérias que o Partido Socialista criticou na prestação destes serviços, quando este por exemplo, decidiu acrescentar às 5 componentes constitutivas da base tributária da taxa de recursos hídricos a chamada Componente “S”, taxando os utilizadores privativos de águas que alimentam sistemas de abastecimento público, e, concomitantemente, os consumidores finais sobre os quais estes sistemas repercutem legalmente os respetivos custos. Ninguém ouviu o PS falar.-----

Também ninguém se lembra do PS de Famalicão alguma vez se ter mostrado crítico do Governo PS, quando este, insatisfeito, ter ato contínuo, praticamente dobrado o valor dessa mesma taxa novamente com claros prejuízos para os consumidores finais.-----

Também ninguém se lembra do PS de Famalicão alguma vez se ter mostrado crítico do Governo Socialista, quando este, aumentou de 11 para 22 euros a taxa de deposição por tonelada de resíduos em aterro, um aumento de 50% que acaba por se repercutir no preço final a pagar pelo consumidor, um aumento que é devido desde 1 de julho de 2021 há seis meses atrás, portanto.-----

Então não há pandemia no resto do país? Não há dificuldades económicas e sociais acrescidas? Porquê, porque o protagonista é o Governo. -----

Mas mais importante do que tudo o que acabo de referir é aquilo que o PS não lhe interessa que se fale e que se saiba.-----

O preço da água mantém-se absolutamente inalterado, apesar das Águas do Norte ter atualizado os seus preços em 0,9%. -----

O PS não quer que saiba que a atualização de 1,8% é exatamente a mesma que é aplicada aos municípios por parte das Águas do Norte, em matéria de saneamento, uma empresa que é do Estado e controlada pelo Governo, mas como já se percebeu se o protagonista for o Governo, a pandemia deixa de ser problema e as dificuldades económicas e sociais desaparecem imediatamente. -----

O PS não quer que se saiba que a Resinorte decidiu aumentar em 22% o preço por tonelada da recolha de resíduos, mas que a Câmara Municipal, à semelhança da água decidiu suportar este custo, não o fazendo repercutir no custo final ao consumidor. -----

Por isso, entre aquilo que o município paga pela aquisição dos serviços de que falamos, a água, o saneamento e os resíduos, acrescido da TGR e da TRH que vai para os cofres do Estado e aquilo que estamos a pedir aos famalicenses, resulta uma diferença de mais de 2 milhões de euros que não repercutidos na fatura apresentada. -----

É um valor considerável que o PS de Famalicão desdenha, mas que nenhuma crítica dirige ao seu Governo que neste mesmo domínio, nestas mesmas áreas de intervenção e naquilo que no seu campo de intervenção diz respeito nenhum esforço despendeu em prol dos portugueses e concomitantemente em prol dos famalicenses.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o debate da Grandes Opções do Plano e do Orçamento mostrou-nos um PS dividido, um PS imprevisto, um PS repetitivo e um PS esquecido, tão esquecido, mas tão esquecido, mas tão esquecido está que até suspirou pela Presidência do Dr. Agostinho Fernandes, pessoa respeitável e cujo mandato e cuja obra é conhecida de todos e louvada por todos, mas de quem, em 2000, simplesmente o PS onde pontificava o Senhor Deputado Jorge Costa na primeira linha do combate, teceu cobras e lagartos, ao Dr. Agostinho Fernandes e atiraram-no borda fora.

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Esta pausa permitiu-me e com a ajuda do Dr. Luís Ângelo, repestinar aqui aquilo que nos obriga imperativamente e eu gostava para que os senhores Deputados não tivessem nenhuma dúvida a este propósito, lhes ler o que dispõe o artigo 38º do Regimento da Assembleia Municipal que diz assim: “Enquadramento das matérias constantes na Ordem do Dia, as matérias constantes da Ordem do Dia serão enquadradas pela Comissão Permanente de Apoio à Mesa em Grelhas de tempo de discussão. -----

São admitidas as seguintes grelhas de tempos para discussão: -----

--- Grelha A com duração de seis horas, exclusivamente aplicável à discussão do Plano e Orçamento e ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência; -----

--- Grelha B com a duração de quatro horas exclusivamente aplicável às sessões especiais previstas no artigo 32.º;” -----

---Ou seja, este tema tem imperativamente nos termos do artigo 38º do Regimento da Assembleia Municipal uma duração de seis horas e, portanto, das duas uma, ou nós dividimos como fizemos as sessões em duas, sabendo que as senhas de presença da segunda não são pagas para cumprir a Lei ou não podemos agendar este ponto, é tão simples quanto isto. Tendo em conta que este Regimento foi aprovado pelos Deputados de todos os grupos municipais, o que eu sugiro para quem não concorde é que alterem o Regimento numa próxima oportunidade. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Nós ouvimos atentamente a intervenção do Senhor Deputado, Ricardo Mesquita, e após as suas declarações não poderíamos permanecer incólumes e serenos até pelo conteúdo daquilo que foi proferido. Desde logo deixar a minha tranquilidade e acima de tudo a minha garantia pessoal e política que poderão contar e como contarão sempre com a Juventude Socialista no Conselho Municipal da Juventude. Não lhe vou dizer aqui publicamente que estivemos em todos porque não estou em condições de o garantir, mas senão em todos em quase todos a Juventude Socialista marcou presença. Há uma questão em particular, muitas das vezes não é o Presidente da Juventude Socialista que está presente, porque felizmente nós temos uma estrutura bem solidificada com diversos membros, com bons quadros, quadros do futuro do PS e que muitas das vezes o Presidente é representado nos Vice-presidentes ou nos seus vogais, tal como aconteceu no último Conselho Municipal da juventude que salvo erro ocorreu na semana passada ou há duas semanas anteriores. Eu gostaria também, após a sua intervenção, dizer-lhe e questionar-lhe o seguinte, o Senhor Deputado mencionou aqui dois ou três exemplos de atividades realizadas em prol da juventude que seriam descentralizadas em freguesias no fundo opostas ao centro urbano. Oh! Senhor Deputado, de certo não ouviu a minha intervenção, eu disse precisamente na minha intervenção que este era um documento arrojado e com ambição em prol da juventude. Há aqui muito para se fazer em prol da juventude, o que nós próprios reconhecemos esse trabalho em prol da juventude, a crítica que eu fiz nesta panóplia de exemplos é quantos são feitos fora do centro urbano, o Senhor Deputado referiu dois exemplos, mas certamente nesses dois exemplos fazendo a proporção entre aquilo que é feito no centro urbano e no exterior do centro urbano, verá que não há assim tanta coisa feita pelos jovens mais distantes do centro urbano. E aqui eu sugeria Senhor Deputado, neste aspeto não vamos tentar tapar o sol com a peneira, porque fazendo a proporção e o rácio verá que a minha intervenção fará todo o sentido. Eu compreendo que não estejam habituados à crítica e ao debate, mas é isto mesmo, nós somos novos, mas nós estamos cá para contribuir, para acrescentar,

para fazer uma política de acréscimo e de contributo, este foi o nosso contributo e é aquilo que nós queremos acrescentar quer concordem ou não concordem, haverá é sempre algo em particular é que a Juventude Socialista aqui membros do Partido Socialista estamos ao serviço dos jovens famalicenses, não estamos ao serviço do Município, não estamos ao serviço de nenhuma força partidária ou de uma direção de bancada, estamos ao serviço dos famalicenses e é em particular pelos jovens famalicenses que foi feita a nossa intervenção e nada mais por outro interesse. -----

**---ARMINDO GOMES (CDS)** – Vou começar a minha intervenção dirigindo-me aqui ao Dr. Jorge Costa, o senhor vai ter que começar a deixar o passado de Armindo Costa e Paulo Cunha, vamos começar a pensar no futuro porque você começando a pensar e falar no passado, eu vou enumerar aqui algumas coisas que até me custa dizer isto. O investimento da Câmara Municipal de Armindo Costa e Paulo Cunha, falou em pouco investimento dos exs. Presidentes de Câmara e pouco investimento do atual Presidente de Câmara. A nível de Escolas nós construímos no Louro, Vermoim, Antas, Arnoso, Pedome, Calendário, Joane, renovação em Ribeirão, Oliveira Santa Maria, Ruivães, Pousada de Saramagos e Riba de Ave. Tribunal, Parque da Cidade, Variante, redes de estradas que estavam todas degradadas e eu dou-lhe um exemplo, se nós fossemos de carro para Seide os parare-los que eram uns cubos, eles saltavam debaixo dos carros, a Câmara estava sempre a pagar indemnizações, no tempo de Armindo Costa quando entrou para a Câmara e já havia no tempo do Agostinho Fernandes, reparações de carros porque os carros ficavam todos degradados, nós tínhamos uma estrada municipal em condições de circulação automóvel, tínhamos estradas municipais em condições de passarem tratores e retroscavadoras porque era fácil essas não se estragavam e era fácil estes veículos passarem em cima de pedras. Quando começou o saneamento em Famalicão, o Dr. Agostinho Fernandes fazia poucas obras, mas acabava por gastar muito dinheiro e eu vou-lhe dizer porquê. Oh! Dr. Jorge Costa, o saneamento há vinte anos atrás, a Câmara Municipal de Famalicão pagava catorze contos o metro linear de saneamento

entre caixas e ramais custava à Câmara catorze contos, eu sei bem porque tenho boa memória e sou desse tempo, sabe quanto é que a Câmara adjudica agora as redes de saneamento apesar de terem aumentado as coisas à volta de 100% ou mais de 100%, o saneamento agora ainda não custa setenta euros o metro linear incluindo as caixas, os ramais e as caixas de zinco. Isto deve-se a quê, que a Câmara Municipal de Famalicão infelizmente e não seria a culpa do Dr. Agostinho Fernandes, Presidente de Câmara, seria a culpa de muitos Vereadores que não geriam bem a Câmara não geriam as obras, e pagava tão mal que pagava as obras a um ano e as obras custavam muito mais dinheiro, porque senão as obras não podiam custar na altura catorze contos o metro corrido e que neste momento não custa isso, só que o pagamento era sempre atrasado, com tanta dificuldade que os empreiteiros tinham para receber da Câmara de Famalicão, por isso, as obras custavam três vezes mais. Quando o Armindo Costa entrou para a Câmara Municipal baixou a dívida e começou a pagar a trinta dias, agora pagasse a quinze dias, ou dez dias, não posso bem precisar porque a minha empresa não trabalha aqui em Famalicão, assim as obras conseguem ser mais baratas porque a empresa que faz a empreitada recebe para pagar os materiais. Quando era no tempo do Agostinho Fernandes, infelizmente e não era vontade dele, certamente ele não faria isso, a culpa também era do Vereador o Dr. Jorge Costa estava lá nessa altura há vinte anos ou mais, a Câmara pagava as obras a mais de vinte anos. -----

**---CLÁUDIA ARAÚJO** (Presidente de Junta da Freguesia de Riba de Ave) – Eu quero esclarecer e quero dirigir-me ao Senhor Deputado, Dr. Jorge Paulo Oliveira, quero dizer que não estamos em desacordo com o Partido Socialista de Vila Nova de Famalicão. Apenas peço para não misturarem e não fugirem à pergunta principal e essencial, que era a morosidade e abertura do Teatro Narciso Ferreira em Riba de Ave, da conclusão das obras e também do Parque de Estacionamento que está longe de estar concluído. Eu só queria aqui referir uma situação que é a seguinte, relativamente ao voto de louvor ao Dr. Paulo Cunha, no passado dia 27 de dezembro em Riba de Ave na Assembleia de

Freguesia, eu só peço o seguinte, digamos, para não abusar da amabilidade e simpatia que houve nesse voto de louvor de salientar demais que tudo o que venha para ajudar e em prol da Vila de Riba de Ave é sempre bem-vindo, e não quero que, digamos, abusem desta situação e fugirem à pergunta principal que era a morosidade da abertura do Teatro Narciso Ferreira.-----

**---JOÃO NASCIMENTO (CDS)** – Apraz-me aqui ressaltar a intervenção claríssima do Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, como já nos habituou, nomeadamente, naquela que é uma discussão que já se tornou uma discussão anual, não só aí, mas também nas Freguesias e eu sou secretário na Junta de Freguesia de Nine e, portanto, tenho assento na Assembleia de Freguesia onde ano após ano, temos necessidade de explicar por muitas vezes aos mesmos protagonistas que teimam em aprender o porquê daquele indicador económico da rubrica “outras ou outros” e o Dr. Jorge Paulo Oliveira explicou muito bem esta situação, como aliás já é hábito, explicou exatamente com a rede de saneamento, não há uma rubrica específica no Pocal, isto é simples de explicar. Eu aproveito para lançar aqui o repto ao Senhor Vereador do Partido Socialista, Eduardo Oliveira, que continuando Vereador fará parte também das listas do Partido Socialista às próximas eleições legislativas pelo Distrito de Braga, e terá oportunidade assim que eleito, legislar neste sentido uma vez que o Partido Socialista tem sempre tantas dúvidas sobre a rubrica “outras ou outros” ainda que a Câmara Municipal se preste a divulgar esta informação detalhada porque é pública e está ao acesso de todos mas o Partido Socialista teima nesta questão, o Senhor Vereador Eduardo Oliveira terá a oportunidade, assim que tiver assento na Assembleia da República, pugnar pela alteração legislativa que permita que tenha enquadramento esta rubrica no Pocal e portanto os Deputados do Partido Socialista deixem de ter este tipo de dúvidas que é constante ano após ano. No mais, queria só dizer que registo com agrado, a atenção dada pelo Senhor Deputado do Partido Socialista o Dr. Jorge Costa prestou à minha intervenção, mas penso que não prestou a atenção suficiente porque eu queria dizer-lhe o seguinte, eu percebi bem o conteúdo e o alcance da

intervenção do Senhor Deputado. Aliás, percebemos todos, não só o alcance da sua primeira intervenção como percebemos o alcance desta, e naquilo que diz respeito ao CDS percebemos bem o alcance da sua intervenção, escusada e permita-me até com todo o respeito que lhe diga, porque sabe que tenho todo o respeito por si, algo desnecessária pela pretensa ligação que quis fazer entre o CDS e o CHEGA quando toda a gente sabe que ela é inexistente, mas aqui já será mais um caso de memória seletiva e não somos nós que temos que resolver, mas quem nos profere este tipo de insinuações. Agora, em relação às taxas que o Senhor Deputado Jorge Costa falou e na resposta que me deu, Senhor Deputado o que eu lamento é que num País que ainda hoje tivemos notícias de aumentos em tudo, hoje houve aumentos em tudo incluindo nos combustíveis, até nos combustíveis continuam a aumentar. O Senhor Deputado vem a dizer que as taxas do Município e que querem transformar tudo em impostos, oh Senhor Deputado por Amor de Deus! Ouvimos o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira dar-lhe um bom exemplo da aplicação das taxas do Município, temos taxas que não subiram na água, temos taxas que subiram 1,8% ao nível da inflação, no saneamento e nos resíduos ainda que a Resinorte tenha vindo a aplicar uma taxa superior, julgo que, se não estou em erro de 22% de aumento à Câmara Municipal, portanto, quanto a taxas não há muito mais a dizer. Queria, no entanto, dizer que mais uma vez, é a segunda vez e eu se calhar começo a ficar um bocadinho preocupado com isto, mas é a segunda vez que nós estamos efetivamente de acordo, entendo até o Senhor Deputado nas críticas que fez e na intervenção que dirigiu ao Senhor Deputado, João Castro do Chega. De facto, o Chega, não pode tentar evitar que o Partido Socialista e até pela história do próprio partido, ainda que eu combata o Socialismo diariamente de moldes diferentes do Chega, mas não pode querer evitar que o Partido Socialista se manifeste. Porque de facto, o Partido Socialista é mesmo o Pai de muita coisa e reconheço-lhe alguns méritos, alguns até, em alguns pontos que fez questão de mencionar ao Senhor Deputado do Chega. Mas Senhor Deputado, volto a falar-lhe aqui da questão de memória seletiva, é que se o PS é Pai disso, deixe-me dizer-lhe que o PS é

Pai de muito mais, e como o PS não aceita lições de moral ou do que quer que seja do Chega, deixe-me dizer-lhe Senhor Deputado, que também nós não aceitamos lições do PS, não aceitamos lições de moral, entendo que também não as quer dar. Mas para que fique aqui bem ressalvado, não aceitamos lições de moral do PS nem de ninguém, muito menos do Partido Socialista lições de gestão de dinheiros públicos e de fiscalidade, e por um motivo muito simples Senhor Deputado, nós não somos mais ou menos do que ninguém, mas, os exemplos de gestão de dinheiro públicos e de fiscalidade do Partido Socialista estão à vista de todos. O Partido Socialista, é Pai de tudo isso que disse efetivamente e até vamos dar isto de barato, o Partido Socialista, é Pai disso de muito mais que isso, é Pai de José Sócrates, é Pai de Armando Vara, é Pai de Manuel Pinho, e qualquer dia já só falta termos aqui Eduardo Cabrita a dar-nos lições sobre limites de velocidade nas autoestradas, só falta isso Senhor Deputado! Agora relativamente ao orçamento, o CDS contava de facto, ouvir aqui algumas notas sobre a verba para a Educação, para a Mobilidade, para a Eficiência Energética, para a Saúde, para o Desporto, para tantas outras coisas, não aconteceu e nós sabemos porquê, por isso, por entendermos que é um bom orçamento e que responde às necessidades dos famalicenses votaremos obviamente a favor do orçamento.-----

**---FRANCISCO ALVES (CDS)** – A minha intervenção vai-se focar essencialmente numa resposta àquilo que foi a intervenção do Deputado Luís Miranda, relativo às políticas e às prioridades para a juventude. Aquilo que eu espero de uma Assembleia Municipal e ainda para mais quando se refere a temas de juventude, é sempre uma intervenção fundamentada, informada e construtiva, e o facto de ser construtiva não impede que seja também fundamentada e informada. Por isso, custa-me ouvir falar de rácios, de ouvir falar de desequilíbrios, de falta de descentralização sem ouvir falar de números ou dados. A descentralização não pode ser feita pela própria descentralização, tem que ser objetiva e tem que estar bem fundamentada. E nesse aspeto, falando nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, se forem a ler, a maioria das medidas relativas à juventude não tem qualquer

referência à localização, são meramente descritivas e duas das medidas em que o CDS teve oportunidade de destacar como foi o voluntariado jovem e o orçamento participativo jovem não tem qualquer referência da localização por exemplo, são completamente descentralizadas as iniciativas a todos os jovens famalicenses. Mas mais, existem mais exemplos, Programa Mais cidadania Jovem é do sexto ao décimo segundo anos inclusive e em todas as escolas do concelho. O Programa Nutre Jovem, é verdade que acontece na Casa da Juventude, mas também acontece nas escolas do terceiro ciclo e do ensino secundário. O CMJ (Conselho Municipal de Juventude) em que fui membro durante os três últimos anos, e também por iniciativa da Vereadora da Juventude, naquele momento a Dr.<sup>a</sup> Sofia Fernandes, procurou diversificar a sua localização, sair da Casa da Juventude e ir às outras associações juvenis, assim como a rede das associações de estudantes, que há uns participei e tinha sempre a iniciativa de ir às escolas e diversificar, de estar presente no local e de não deixar ninguém para trás. Claro que se falarmos de iniciativas como “O viver de Ideias Gerador” pretende efetivamente promover a inovação e o empreendedorismo, claro que tem de estar focado na Casa da Juventude, no coração da Cidade onde os jovens podem ir, onde os jovens podem discutir e que tem de haver uma grande disponibilização de recursos e de infraestruturas. Para terminar, também de referir que grande parte das iniciativas são inclusivas, isto é, não diferem dos jovens que são trabalhadores ou dos jovens que são estudantes como foi também aqui mencionado, e dou outro exemplo, da mobilidade internacional que tanto pode ser aplicada a jovens trabalhadores que vão estagiar como a jovens estudantes, ou seja, de novo totalmente inclusivas. Por fim e de futuro, espero que efetivamente as intervenções relativas à juventude sejam intervenções fundamentadas, informadas e construtivas que é aquilo que os jovens famalicenses merecem. -----

**---JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Senhor Presidente, isto é quase que uma nota de protesto, porque todos usaram o mesmo expediente do Chega, que foi ligeiramente censurado por Vossa Excelência na minha intervenção e eu só queria dizer que nas

próximas reuniões da Comissão Permanente, vamos ter de resolver estes vários assuntos relativamente à dinâmica da Assembleia Municipal. E concluir que, o documento que nos é aqui apresentado, nós estamos numa posição de expectativa e consideramos um documento importante, ambicioso, temos dúvidas quanto à execução como disse anteriormente e esperamos que ele seja aplicado a 50% ou 60% que para nós já é suficiente. Só uma última nota se me permite, Senhor Deputado João Nascimento, relativamente ao Chega, o Chega prevê que vai ter uma projeção nas próximas eleições diferente do que tem agora, o Chega tem posições perfeitamente democráticas e quanto a isto eu quero deixar bem vincado. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Muito obrigado Senhor Deputado João Castro, de facto, a Comissão Permanente de Apoio à Mesa serve precisamente para isso, para que os Líderes Municipais vão determinando também, muito embora não seja vinculativa a posição da Comissão Permanente de Apoio à Mesa em relação à Mesa, mas ajuda a que os Líderes Municipais vão discutindo aquilo que acham que deve ser uma certa dinâmica em cada Assembleia Municipal. Eu tenho como certo que este Ponto é um Ponto de âmbito geral, uma coisa são as Informações do Senhor Presidente de Câmara na atividade da mesma e aí sim faz todo o sentido que discutam a Obra A, discutam o Caminho B ou o Rio C, outra coisa são as Grandes Opções do Plano e Orçamento e portanto, aqui usando a expressão da dinâmica a dinâmica é geral. Queria aqui dar-lhe esta explicação, agradecendo o seu reparo e, portanto, será levado à próxima Comissão Permanente de Apoio à Mesa. -----

**---LUÍS MIRANDA (PS)** – Assisti novamente à intervenção do meu colega o Deputado Francisco Alves, é com muito apreço e que muito me apraz ouvi-lo porque somos dois jovens da mesma geração, partilhamos a mesma escola e estamos a iniciar as nossas lides autárquicas, mas de facto, eu poderia repetir “ipsis verbis” a intervenção que tive em resposta ao Senhor Deputado que o antecedeu. Isto porque, e de certa forma, fazendo aqui até uma confidência, ouvi-o de certa forma em socorro e auxílio da JSD e do PSD que

pensei que estava já a preparar a sua transição política para esse partido. Mas dizendo-lhe e referindo muito concretamente, a nossa intervenção e o nosso apelo cingiram-se apenas com uma e só questão, de todas as atividades estando elas ou não arroladas do local onde se realizam e fazendo um balanço anual, que o Senhor Deputado fez certamente, como eu fiz e outros camaradas meus fizeram aquando das nossas participações do CMJ, quantas atividades da juventude é que se realizam descentralizadas, e se de facto, isso está a ocorrer ou não, e não ocorrendo é um apelo e acima de tudo é uma proposta que deixamos a este Município para que de futuro se faça. Partilho consigo, Senhor Deputado, uma coisa que tem ocorrido há muito tempo desde os tempos em que vivo numa freguesia há mais de dez anos, não teve uma única atividade em prol dos jovens da Freguesia, tirando algumas das atividades organizadas pela Autarquia Local. Este é um problema que assola os jovens, foi nesse sentido que fizemos a nossa intervenção, estando fundamentada ou não, estando discriminada ou não nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento, o que de facto, é que muitas destas atividades que têm o seu mérito e o seu conteúdo não chegam a todos os jovens do nosso Concelho, não é por questões de divulgação ou por questões de publicidade. Como eu referi, nesse aspeto o Município trabalha bem e muito bem, o que se sugere, o que se apresenta é que muitas delas se realizem descentralizadas, não é uma, não é duas, não é três, sejam por exemplo 1/3, quem sabe até metade ou mais.-----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Muito obrigado Senhor Deputado, devo-lhe dizer que é com particular gosto, eu e tenho a certeza que todos os Deputados da minha geração que assistimos nas intervenções dos Deputados mais jovens que a democracia também se renova, muitos de nós demos aqui os primeiros passos mais ou menos da mesma idade, e cá estamos, mas infelizmente o tempo tem essa contingência estamos mais velhos, mas é bom ver esse debate e por isso dou a palavra a outro jovem novamente, o Senhor Deputado João Nascimento. -----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** – Muito obrigado Senhor Presidente, já ganhei o dia por me considerar outro jovem, pese embora os meus cabelos brancos, gosto de me considerar um jovem e aproveito também da mesma forma para congratular aqueles Deputados mais jovens do que eu, que exercem a sua cidadania, exercem a sua capacidade crítica e põem o seu saber ao dispor do Município que muito querem ajudar independentemente do quadrante político em que se inserem, portanto à juventude tiro também o chapéu. De resto, queria só fazer uma intervenção muito rápida dirigida ao Senhor Deputado, João Pedro Castro do Chega, dizendo que, eu não desrespeitei o Chega, aquilo que eu disse, foi que concordava e até manifestei alguma preocupação com isso repare, quando o Senhor Deputado Jorge Costa se dirigiu ao Chega e naquilo que disse, realcei o facto e critiquei quando o Senhor Deputado Jorge Costa terá tentado confundir os nossos partidos, e de facto somos partidos diferentes, isso é óbvio, não queira dizer que o CDS é o chega porque não é, nem o Chega é o CDS, estamos distanciados por muitas coisas que não interessam estar aqui a falar porque estamos a falar nas Grandes Opções do Plano. Constatamos as diferenças ideológicas do Chega e do CDS como faço com qualquer outro partido, nomeadamente, com o Socialismo, e as diferenças são muitas, mas não vejo qualquer falta de respeito ou que seja criada alguma dúvida nisso daí que não tenha entendido muito bem a intervenção do Senhor Deputado, mas espero estar clarificado. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA.** -----

-----  
---**SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À**

ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/12, DE 21 DE JUNHO). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/12, DE 21 DE JUNHO). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA.-----**

**---APROVADAS EM MINUTA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS. -----**

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

--- Para este período não houve inscrições e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às vinte e três horas e trinta minutos. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----

-----O SECRETÁRIO-----

-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças;-----

--- Documentos referentes aos pontos, cinco e seis. -----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, cinco e seis. -----

-----

-----